

Spring Meetings, Santa Marta e o genocídio silenciado: a democracia em disputa entre o capital e os povos

Reuniones de Primavera, Santa Marta y el genocidio silenciado: la democracia en juego entre el capital y los pueblos

Spring Meetings, Santa Marta and the Silenced Genocide: Democracy at Stake Between Capital and Peoples

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo. Este informe examina o choque global entre dois modelos opostos de democracia: um que concentra poder e recursos nas mãos do capital e das nações ricas, e outro que luta pela soberania popular, direitos sociais e participação horizontal. No Panorama Político-Econômico, as Spring Meetings do FMI exemplificam o primeiro modelo: uma governança elitista e de cúpula que contrasta diretamente com o segundo modelo, em exibição na Conferência de Santa Marta, na Colômbia, onde mais de 50 países avançaram uma transição justa dos combustíveis fósseis enraizada na cooperação internacional, na soberania econômica e no Tratado sobre Combustíveis Fósseis, reforçado pelo Apelo de Tassiriki por um Pacífico livre de fósseis. Sabrina Fernandes aprofunda essa crítica ao expor como guerra, colonialismo e extrativismo minam qualquer transição limitada pela lógica de mercado, enquanto Massimo Florio, em "O Capital contra o Estado", oferece uma alternativa radical: um Estado pós-capitalista comprometido com os bens públicos. Na Saúde, essa mesma disputa pela democracia se manifesta como questão de vida ou morte. O genocídio em Gaza, onde o GRFC 2026 confirma mais de 640 mil pessoas em situação de fome, não é um acidente humanitário, mas um projeto político de desdemocratização, despossessão e extermínio. A destruição sistemática da infraestrutura de saúde no Irã por Israel, incluindo o centenário Instituto Pasteur, e o bloqueio mortal que força crianças com câncer em Cuba a lutarem por suprimentos básicos são todas expressões da mesma lógica: atacar modelos públicos, soberanos e coletivos de bem-estar. Uma investigação da NewsCord revela como a mídia britânica normaliza a violência israelense e silencia vozes palestinas, provando que a cumplicidade midiática faz parte dessa guerra contra a democracia. No Dia Mundial da Saúde, ativistas sanitários reafirmaram a lição central deste informe: lutar pelo direito à saúde é inseparável de lutar contra a guerra, o fascismo e a captura neoliberal do Estado. A própria democracia é a prescrição.

Palavras-chave: Spring Meetings do FMI; Conferência de Santa Marta; Modelos de Democracia; Genocídio em Gaza; Instituto Pasteur.

Resumen. Este informe examina el choque global entre dos modelos opuestos de democracia: uno que concentra poder y recursos en manos del capital y de las naciones ricas, y otro que lucha por la soberanía popular, los derechos sociales y la participación horizontal. En el Panorama Político-Económico, las Spring Meetings del FMI ejemplifican el primer modelo: una gobernanza elitista y de cúpula que contrasta directamente con el segundo modelo, puesto en evidencia en la Conferencia de Santa Marta, en Colombia, donde más de 50 países avanzaron hacia una transición justa de los combustibles fósiles, arraigada en la cooperación internacional, la soberanía económica y el Tratado sobre los Combustibles Fósiles, reforzado por el Llamado de

Tassiriki por un Pacífico libre de fósiles. Sabrina Fernandes profundiza esta crítica al exponer cómo la guerra, el colonialismo y el extractivismo socavan cualquier transición limitada por la lógica de mercado, mientras que Massimo Florio, en El Capital contra el Estado, ofrece una alternativa radical: un Estado poscapitalista comprometido con los bienes públicos. En el campo de la Salud, esta misma disputa por la democracia se manifiesta como una cuestión de vida o muerte. El genocidio en Gaza, donde el GRFC 2026 confirma a más de 640 mil personas en situación de hambre, no es un accidente humanitario, sino un proyecto político de desdemocratización, desposesión y exterminio. La destrucción sistemática de la infraestructura de salud en Irán por parte de Israel, incluido el centenario Instituto Pasteur, y el bloqueo mortal que obliga a niños con cáncer en Cuba a luchar por suministros básicos, son expresiones de la misma lógica: atacar modelos públicos, soberanos y colectivos de bienestar. Una investigación de NewsCord revela cómo los medios británicos normalizan la violencia israelí y silencian las voces palestinas, demostrando que la complicidad mediática forma parte de esta guerra contra la democracia. En el Día Mundial de la Salud, activistas sanitarios reafirmaron la lección central de este informe: luchar por el derecho a la salud es inseparable de luchar contra la guerra, el fascismo y la captura neoliberal del Estado. La propia democracia es la prescripción.

Palabras clave: Reuniones de Primavera del FMI; Conferencia de Santa Marta; Modelos de democracia; Genocidio en Gaza; Instituto Pasteur.

Abstract. *This report examines the global clash between two opposing models of democracy: one that concentrates power and resources in the hands of capital and wealthy nations, and another that fights for popular sovereignty, social rights, and horizontal participation. In the Political-Economic Overview, the IMF Spring Meetings exemplify the first model: elite-driven, top-down governance, which directly contrasts with the second model, on display at the Santa Marta Conference in Colombia, where over 50 countries advanced a just fossil fuel transition rooted in international cooperation, economic sovereignty, and the Fossil Fuel Treaty, reinforced by the Tassiriki Call for a fossil-free Pacific. Sabrina Fernandes deepens this critique by exposing how war, colonialism, and extractivism undermine any transition limited by market logic, while Massimo Florio's "Capital Against the State" offers a radical alternative: a post-capitalist state committed to public goods. In Health, this same dispute over democracy plays out as a matter of life and death. The genocide in Gaza, where the GRFC 2026 confirms over 640,000 people facing famine, is not a humanitarian accident but a political project of de-democratization, dispossession, and extermination. Israel's systematic destruction of healthcare in Iran, including the century-old Pasteur Institute, and the deadly blockade that forces children with cancer in Cuba to struggle for basic supplies, are all expressions of the same logic: attacking public, sovereign, and collective models of well-being. A NewsCord investigation reveals how British media normalizes Israeli violence and silences Palestinian voices, proving that media complicity is part of this war on democracy. On World Health Day, health activists reaffirmed the central lesson of this report: fighting for the right to health is inseparable from fighting against war, fascism, and the neoliberal capture of the state. Democracy itself is the prescription.*

Keywords: IMF Spring Meetings; Santa Marta Conference; Democracy Models; Genocide in Gaza; Pasteur Institute Iran.

Panorama político-econômico

Neste bloco, partimos das reuniões de primavera do IMF para explorarmos posicionamentos e publicações sobre justiça econômica e as reformas necessárias dentro do Sistema Bretton Woods, Soberania Energética e Democracia.

As reuniões do Fundo Monetário Internacional - as *Spring Meetings* - aconteceram dos dias 13 a 18 de abril. No nosso último informe, esta mesma seção, trouxe um texto da Especialista Independente em dívida externa sobre as reformas necessárias dentro do Fundo e agora trazemos uma reflexão do *Bretton Woods Project* sobre os decepcionantes resultados das reuniões.

Em meio a uma crise de financiamento anunciada pela OCDE no início de abril - cortes de financiamento central na ONU, junto dos choques econômicos devido à uma realidade geopolítica instável, ao invés de reconhecerem seu papel central em ajudar as nações a lidarem com os choques, necessidades e mudanças econômicas, o FMI e o BM pediram a “mobilização dos recursos existentes”. A falta de soluções - e de movimentos de reforma - fazem ecoar as questões sobre a legitimidade das Instituições de Bretton Woods e de sua falta de compromisso com a proteção econômica dos países sob seu conselho, junto da constante falibilidade de seu projeto de desenvolvimento (austeridade continua em voga) e da estrutura de governança igualmente falha.

“Uma questão-chave que limita a eficácia das IBWs diante de mais uma onda de crises globais é o poder de decisão desigual no coração de ambas as instituições. Apesar da abordagem “América Primeiro” da atual administração dos EUA sinalizar uma ‘ruptura global’ com a ‘ordem internacional baseada em regras’ da qual os EUA têm sido o principal beneficiário, o papel descomunal dos acionistas dos EUA e europeus tanto no Banco quanto no Fundo está cada vez mais restringindo sua capacidade de enfrentar os desafios globais (ver Dispatch Springs 2026). De fato, o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa, foi o mais recente líder do Sul Global a pedir reformas nas IBWs na Cúpula Progressista em Barcelona, Espanha, em 18 de abril, dizendo que elas não podem mais “representar apenas interesses ocidentais”.

(...)

Enquanto isso, o IMFC aprovou princípios para a 17ª revisão geral das cotas do FMI durante as Reuniões de Primavera. No entanto, este processo não pode ser concluído até que o Congresso dos EUA aprove os recursos vinculados à 16ª revisão de cotas acordada em dezembro de 2023, que estão incluídos na atual solicitação orçamentária da administração dos EUA, mas ainda precisam navegar em águas turbulentas no Capitólio. A 16ª revisão não conseguiu realocar as cotas do FMI, concordando, em vez disso, com um ‘aumento equiproporcional’ de 50% que se afastou completamente da fórmula de cotas do FMI. Isso tem implicações além do poder de voto, pois também determina quanto os países podem tomar emprestado do FMI e a proporção de Direitos Especiais de Saque que recebem em qualquer alocação geral (ver Inside the Institutions, O que são Direitos Especiais de Saque (SDRs)?).

(...)

As estruturas de governança falhas das IBWs forneceram uma rota para seu maior acionista – uma administração dos EUA cada vez mais beligerante – tentar reorientar as IBWs como instrumentos de sua política externa e econômica “América Primeiro”. Em nenhum lugar isso foi mais evidente do que na guerra contínua da administração contra a política climática

global, com o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, mais uma vez atacando o Plano de Ação para Mudanças Climáticas do Banco em sua declaração ao IMFC e ao Comitê de Desenvolvimento em 15 de abril. Em 14 de abril, em um evento à margem das Reuniões, Bessent sugeriu que a razão para a mudança climática permanece incerta, assumindo publicamente ser um negacionista da mudança climática – e implicando que a política climática do Banco reflete "crenças da elite".

Embora a sociedade civil tenha criticado há muito tempo a abordagem do Banco Mundial em relação ao clima – para não mencionar suas práticas de contabilidade do financiamento climático (ver Briefing, *Classificando o Grupo Banco Mundial com base nos princípios da justiça climática*) e o longo legado de apoio a investimentos prejudiciais em combustíveis fósseis (ver *Observer Spring 2019*) – a ação climática continua sendo uma prioridade fundamental de uma grande parcela dos países tomadores de empréstimo do Banco, incluindo o Grupo V20 de países vulneráveis ao clima, que representa 1,7 bilhão de pessoas, mas menos de 4% do PIB global e, portanto, é estruturalmente sub-representado na participação acionária das IBWs. O comunicado de primavera do V20 observou um vínculo direto entre o caos climático e a incerteza econômica, afirmando: "Ressaltamos que a instabilidade planetária está minando cada vez mais a prosperidade, a coesão social e a segurança em toda a economia global" (ver *Dispatch Spring 2026*).

No entanto, dadas as restrições ao sistema da ONU em meio aos resultados incertos do processo de reforma da ONU80 e às significativas limitações de recursos (ver *Observer Autumn 2025*), os apelos de longa data da sociedade civil global para que a ONU desempenhe um papel mais central na governança econômica global parecem fadados a ser frustrados, pelo menos no curto prazo, tornando a paralisia da reforma da governança nas IBWs ainda mais impactante com relação à arquitetura financeira internacional mais ampla."

Enquanto isso, apenas 6 dias após a reunião final do FMI, a primeira conferência internacional sobre o abandono dos combustíveis fósseis já organizada começou. Em Santa Marta, Colômbia, organizações se reuniram para mobilizar o acordado em Dubai, na COP28: a transição dos combustíveis fósseis. A conferência organizada pela Colômbia e pelos Países Baixos tem como objetivo principal a implementação, a ação, através de 3 pilares temáticos: superação da dependência econômica de combustíveis fósseis, começando com aqueles países, especialmente no Sul Global, que baseiam a maior parte de suas economias neles; A transformação dos sistemas energéticos, no lado da oferta e da demanda, incluindo a eliminação dos subsídios aos combustíveis fósseis; E o fortalecimento da cooperação internacional e da diplomacia climática, com referência também à remoção de barreiras legais, como os Mecanismos de Resolução de Disputas entre Investidor e Estado.

"A primeira fase da conferência de Santa Marta (24-27 de abril) será dedicada a diálogos entre as partes interessadas, com o objetivo de ampliar a participação tanto quanto possível. Haverá espaços de reunião separados para o mundo da sociedade civil (mais de 2.600 entidades que manifestaram interesse em participar), academia (está planejado o lançamento de um painel científico sobre a transição energética) e negócios, sindicatos, órgãos públicos locais e parlamentares, com uma Assembleia Popular final no dia 27.

A segunda fase (28-29 de abril) será dedicada a consultas institucionais, com a participação, em particular, dos representantes ministeriais dos mais de 50 países cuja presença foi anunciada. As indicações da Conferência serão resumidas em um documento final. E uma segunda Conferência já está agendada para 2027 em Tuvalu, um pequeno estado insular no

Pacífico. Entre os grandes promotores da Conferência está, obviamente, o Tratado sobre Combustíveis Fósseis, a iniciativa para um tratado global sobre a não proliferação de combustíveis fósseis que, até o momento, representa provavelmente o principal instrumento legal a ser observado para guiar o mundo em direção ao adeus aos combustíveis fósseis. Ainda que Santa Marta não queira ser um espaço de negociação. A iniciativa do Tratado, nascida no final de 2020, chega ao compromisso colombiano na força de um caminho ao qual 18 países (incluindo Colômbia, Paquistão e Camboja) já aderiram oficialmente, bem como o apoio da Organização Mundial da Saúde, do Parlamento Europeu e do Vaticano através do Movimento Laudato Si'.

Entre outras coisas, o Tratado continua a conquistar consenso. Um grupo de países do Pacífico acaba de lançar uma declaração histórica (o Apelo de Tassiriki) por um Pacífico livre de combustíveis fósseis, reiterando o apelo para negociar um mecanismo global para sua eliminação. Nos últimos dias, também acrescentou à sua rica produção de estudos um novo relatório sobre o círculo vicioso entre a dependência de combustíveis fósseis e a crise da dívida nos países do Sul Global.”

Um novo texto da [Sabrina Fernandes](#), publicado em seu blog [Ecoceno](#), nos lembra que é importante manter a transição focada em significados que não caiam na lógica de mercado, ressaltando o papel da guerra, do colonialismo e da dominação dentro do extrativismo.

“A guerra travada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã reverberou por todo o globo. Disrupções nos preços e no suprimento de bens desencadearam novos choques e consequências, como parte do mecanismo de uma crise generalizada que outros pesquisadores e eu chamamos de polícrise planetária. Uma das questões é que, embora o impacto sobre preços e estoques afete profundamente o resto do mundo, a imprensa e os comentaristas políticos tendem a normalizar esses efeitos como efeitos colaterais regulares de uma economia globalizada. Questões de dependência, colonialismo e o custo real das vidas humanas são secundárias, devido a prioridades invertidas e uma falta geral de análise estrutural. Como resultado, parecemos presos no modo de choque quando se trata da polícrise, significando tanto a tendência de simplesmente perseguir os choques econômicos quando eles acontecem quanto ficarmos chocados por eles acontecerem, sem remover as razões pelas quais acontecem. Os ataques a refinarias de petróleo e usinas de dessalinização, outrora raros e considerados escaladas perigosas, agora dominam as manchetes dos jornais e sinalizam um mundo em turbulência que não respeita regras ou fronteiras. Tem sido o caso há algum tempo, evidenciado principalmente pela inação e normalização do genocídio em Gaza e seja lá o que Trump e Netanyahu estejam fazendo atualmente. Juntos, eles testam as águas do absurdo, apenas para ver se o mundo os deixará avançar um pouco mais o dial da morte e do imperialismo e, é claro, ter uma ideia de quanto dinheiro pode ser feito através da guerra e do ecocídio.

No entanto, é profundamente preocupante que o debate em que continuamos focando seja prioritariamente a análise dos líderes envolvidos e como suas decisões impactam fatores econômicos e de mercado, como se o cenário de morte generalizada, com seu custo humano e ecológico, fosse meramente um pano de fundo. Em um mundo de apostas online gerais sobre absolutamente tudo, é problemático que nos sentemos e tentemos adivinhar o próximo movimento de Trump, em vez de garantir, através de transições justas e transformação estrutural, que o que quer que ele faça não nos impactará tanto quanto antes. Isso é especialmente verdadeiro aqui no Sul Global, pois nossas condições históricas são marcadas por crescentes dependências econômicas e troca ecológica desigual. Embora as potências emergentes na região pareçam estar dispostas a reduzir essas dependências, apelando para

outros arranjos de cooperação internacional e ferramentas importantes relacionadas à política industrial verde ou à nacionalização de recursos, ainda há um grande ponto cego ao longo do caminho para reduzir a troca ecológica desigual. De fato, industrializar internamente não é garantia de que essa troca será diminuída. Pode ser apenas o caso de que quanto mais produzimos algo internamente com o propósito de abastecer o mercado global, mais extrairemos, sem nem mesmo beneficiar os usos locais.”

Dentro da transição para longe dos combustíveis fósseis, suas consequências socioeconômicas e possibilidades de soberania energética, é importante lembrar a relação desses pontos com o exercício e a saúde democrática e da democracia.

Nisso, vale trazer o novo livro de Massimo Florio: “O Capital contra o Estado”, no qual o professor defende que o Estado não morreu ou recuou, mas foi enfraquecido e esvaziado de seu propósito regulador, espaço que foi ocupado pelo capital e atualmente há “uma batalha em curso, e que ainda pode ser vencida construindo uma alternativa radical”, o livro explora uma proposta radical para um Estado pós-capitalista, orientado para a produção de bens públicos, capaz de animar uma inteligência social apta a construir um sistema alternativo, dialogando junto a nomes eminentes de alternativas fiscais e democráticas.

“O livro não é apenas uma narrativa histórica e uma análise das tendências do Estado, sua crise e o confronto com o capital. É um manual, um manual radical e concreto de uma alternativa. A tese não é apenas a da defesa do Estado de bem-estar social contra o ataque do capital. É algo mais.

O Estado agora é tão difundido que constituiu um modo de produção pública estruturalmente autônomo e, agora, incompatível com a lógica do capital. Enquanto esta última é orientada para a maximização e concentração do lucro nas mãos de poucos sujeitos, o modo de produção pública é orientado para a satisfação das necessidades da comunidade. Pode-se fazer bem ou mal, suficientemente ou insuficientemente – isso é outra questão. Mas tem aquele elemento que ressoou nas páginas de Marx na “Crítica ao Programa de Gotha”: “De cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades”. Produção orientada para as necessidades, e não para o lucro. E está em conflito estrutural com o capital, em suas formas antigas e novas.

Há um paradoxo que Florio aponta francamente: a contradição entre a expansão do público e a lógica do mercado foi compreendida mais cedo e melhor pela direita do que pela esquerda. Enquanto a primeira se organizou para reduzir o perímetro do Estado, a segunda preferiu se embalar na ideia de uma possível coexistência entre capital e Estado – quando não sentia vergonha diretamente de defendê-lo. O preço político, no entanto, foi alto: abertura para privatizações, entrada de critérios de mercado na gestão dos serviços públicos, enfraquecimento progressivo da capacidade de investimento e inovação.

Como Federico Caffè já perguntava há quarenta anos em seu **Em defesa do Estado de bem-estar social** (1986), o Estado não deve apenas ser defendido: deve ser relançado. Nisso, a questão da resolução da crise fiscal do Estado torna-se decisiva, começando de onde vêm os recursos.

As propostas de Gabriel Zucman e Thomas Piketty sobre a tributação progressiva dos grandes patrimônios são um passo na direção certa, mas seu alcance é insuficiente diante do desafio. Um imposto sobre a riqueza como o desenhado por Zucman geraria cerca de um ponto do PIB em receita adicional. Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional, as

economias avançadas precisarão mobilizar entre 6 e 7,4% do PIB a mais até 2050 apenas para manter os sistemas de seguridade social e saúde, e financiar a transição energética.

Focar apenas na tributação progressiva, segundo Florio, é um caminho insuficiente e politicamente arriscado. Aumentar impostos sem uma estratégia mais ampla significaria também atingir empregados e trabalhadores autônomos, categorias que já transferem mais da metade de sua renda para o Estado. O resultado seria contraproducente: alimentar a desconfiança nas instituições públicas e fortalecer precisamente aquelas forças políticas que construíram seu consenso na crítica ao Estado.

Para Florio, a resposta está em outro lugar: não na tributação como única alavanca, mas na capacidade do Estado de produzir valor e redistribuí-lo. Significa construir uma nova geração de empresas públicas com missão social, muito mais ambiciosa do que as atuais empresas participadas – que na Itália pagam cerca de quatro bilhões de euros por ano ao orçamento público, uma fração do que poderiam render com uma gestão orientada para o interesse coletivo. Significa valorizar os ativos públicos existentes – imóveis, frequências eletromagnéticas, dados, infraestruturas digitais – não para ganhar dinheiro apenas uma vez, como nas temporadas de privatização, mas para construir rendas estáveis ao longo do tempo.”

Saúde

Em Saúde, continuamos a comentar o genocídio da Palestina. Também comentamos os ataques às estruturas de manutenção da vida no Irã e a realidade das crianças em tratamento oncológico em Cuba baixo o bloqueio genocida dos Estados Unidos. Por fim, trazemos uma análise da cobertura midiática do genocídio - principal ator de manutenção da nuvem de retidão do Ocidente - junto a uma reflexão do *Peoples Dispatch* referente ao Dia Mundial da Saúde.

O novo relatório *Global Report on Food Crises (GRFC) 2026* monta um cenário catastrófico. O documento foi produzido por uma coalizão de 18 parceiros humanitários e de desenvolvimento e concluiu que a insegurança alimentar aguda permaneceu generalizada em 2025.

Quarenta e sete países e territórios que enfrentam crises alimentares, 22,9 por cento de suas populações, enfrentaram insegurança alimentar aguda no ano passado, um aumento marginal em relação aos 22,7 por cento de 2024, mas quase o dobro dos 11,3 por cento registrados em 2016. A proporção das populações analisadas que enfrentam fome aguda permaneceu acima de 20 por cento todos os anos desde 2020. Em termos absolutos, o número de pessoas afetadas cresceu de 108 milhões em 2016 para 265,7 milhões em 2025, tendo atingido o pico de 281,6 milhões em 2023. O GRFC alertou que o número ligeiramente menor em comparação com 2024 reflete principalmente uma redução no número de países cobertos – de 53 para 47 – e não qualquer declínio real nas necessidades.

Dos territórios mais agudos: Gaza e Sudão. A fome - a classificação mais extrema sob o sistema de Monitoramento da Fome da Classificação Integrada da Fase de Segurança Alimentar (IPC) - foi confirmada em partes da Faixa de Gaza e do Sudão em 2025. O risco de fome permaneceu em outras áreas de Gaza, Sudão e Sudão do Sul, e essas projeções se estenderam até 2026. A Faixa de Gaza foi a mais afetada, com 640.700 pessoas enfrentando condições de fome, o equivalente a 32 por cento de sua população, a maior parcela registrada globalmente. O Sudão veio em seguida, com 637.200 pessoas, ou 1 por cento de sua população.

Isso se deve, em Gaza, devido ao controle de entrada de suprimentos e ajuda por parte das forças de Israel e em Sudão, pelo controle de grupos locais e pela ausência de ampla ajuda internacional. Gaza também vem enfrentando um aumento exponencial em seus casos de natimortos e crianças com deficiência, com mulheres grávidas sofrendo mal nutrição durante a gravidez e, depois, sendo incapazes de produzir leite no puerpério e de alimentar seus filhos.

Enquanto isso, o Irã vê a infraestrutura do seu sistema de saúde - construída através de décadas - ser constantemente alvejada pelas forças de Israel. Entre 29 e 31 de março, Israel e os Estados Unidos atacaram um hospital psiquiátrico - que precisará de meses para retomar totalmente as operações - e uma unidade farmacêutica que produz tratamentos para câncer e esclerose múltipla no Irã. Eles também causaram sérios danos ao Instituto Pasteur em Teerã, uma instituição de saúde pública que desempenhou um papel importante nas campanhas de imunização e no controle de surtos em toda a região por mais de 100 anos. "Isso não é meramente mais um crime de guerra cometido como parte de uma guerra ilegal", disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, "é um ataque bárbaro contra os valores humanos fundamentais."

“Ataques ao centenário Instituto Pasteur alvejam décadas de avanços em saúde pública do Irã, ecoando o padrão de destruição da saúde pública observado na Palestina e no Líbano. Assim como nos últimos três anos, os dias que antecederam o Dia Mundial da Saúde de 2026 foram marcados por ataques ferozes aos sistemas de saúde: no Sudão, na Palestina, no Líbano e no Irã, para citar alguns. A Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou que os EUA e Israel lançaram ataques direcionados contra a infraestrutura de saúde do Irã, que, segundo o governo iraniano, destruíram hospitais, centros de saúde e capacidades de produção farmacêutica.

(...)

“Fundado no início do século XX, por volta da mesma época em que o segundo instituto público de vacinas do Irã – o Instituto de Pesquisa de Soro e Vacina Razi – foi criado, o Instituto Pasteur do Irã apoiou o país "na transição de um programa apenas de vacinação para a produção de vacinas", observaram os pesquisadores Payam e Parisa Roshanfeker em 2022. A criação do instituto foi inspirada, pelo menos em parte, pelo reconhecimento da importância de reduzir a dependência de doações de medicamentos ou importações do exterior.

Desde sua formação, o conhecimento e a produção do instituto contribuíram para várias campanhas de saúde pública na região, incluindo a resposta ao surto de cólera na década de 1960 – quando doses de vacinação para Afeganistão, Paquistão, Índia, Iraque, Geórgia e Azerbaijão foram fornecidas pelo Instituto Pasteur do Irã – e a campanha de erradicação da varíola no Paquistão e na Síria na década de 1970. O instituto também desenvolveu um método de aplicação para o soro antirrábico e vacinação que foi adotado pela OMS, "que apresentou o Irã como um dos salvadores da humanidade", escreveram Payam e Parisa Roshanfeker.

"Por mais de 100 anos, os Institutos Pasteur e Razi, como os dois institutos públicos de vacinas do Irã, vêm produzindo as vacinas necessárias para controlar as principais doenças contagiosas que ameaçam a população do país, e conseguiram com sucesso produzir as vacinas necessárias para o programa nacional de imunização do Irã", acrescentam.

Durante a pandemia de COVID-19, enquanto o Irã lutava para responder às necessidades de saúde da população devido às sanções que obstruíam as importações essenciais, o Instituto Pasteur colaborou com o Instituto Finlay de Vacinas de Cuba no desenvolvimento e produção da vacina Soberana O2. Esse ato de intercâmbio médico e tecnológico levou à produção de milhões

de doses de vacinas – fortalecendo ainda mais o internacionalismo da saúde cubano, mas também enfatizando a importância de construir sistemas de saúde soberanos.”

Em Cuba, além das manchetes sobre os apagões e o "colapso inevitável" do governo cubano, há o povo cubano determinado a resistir e a viver. Lis completou três anos na Enfermaria Pediátrica do Instituto de Câncer de Cuba. E embora aniversários em um hospital tenham um peso diferente, a alegria conseguiu se esgueirar. A celebração foi completa com bolo, balões, sorvete e suco. Crianças com câncer, como Lis, não apenas lutam contra sua doença, mas também contra um estrangulamento externo que limita cada respiração.

“Mas o aniversário de Lis demonstrou algo que não estava nas manchetes. Três anos é um marco frágil na oncologia pediátrica, mas também é uma vitória. Sua mãe a levantou para uma cadeira, e a menina reuniu todo o ar que seus pequenos pulmões podiam conter. Ela soprou. Todas as três velas se apagaram de uma vez, como se o desejo de uma criança pudesse superar todas as leis do bloqueio.

Lá fora, o bairro se preparava para mais uma noite sem eletricidade. Lá dentro, o bolo foi dividido, e cada criança ganhou um pedaço. A mãe de Lis salvou muitas fotos de sua filha rindo entre palhaços e pequenos guerreiros de aventais hospitalares. Há sempre a incerteza sobre se haverá bolo no próximo ano. Mas hoje, houve. E as velas queimaram. E a esperança, essa coisa frágil e tenaz, permanece acesa.

O momento atual em Cuba não é apenas sobre a falta de energia, o sufocamento. É também sobre este punhado de crianças que se recusam a parar de respirar. E o aniversário de Lis, aquele pequeno e imenso dia, é um lembrete de que enquanto houver uma vela acesa, e um palhaço disposto a fazer papel de bobo, e uma mãe preparando aniversários, e uma criança aplaudindo de uma cama, a esperança continuará sendo o ato político mais rebelde de todos. Porque em um hospital, qualquer festa é a maior festa do mundo.”

Aproveitamos para deixar aqui a nova análise interativa da NewsCord: um compilado de como a mídia da Grã Bretanha cobre o genocídio de Gaza, com mais de 11.295 trechos classificados em 4 veículos de comunicação. Se formou uma base de dados, uma investigação abrangente e baseada em dados sobre o viés da mídia nos veículos de notícias britânicos. Cada afirmação é apoiada por evidências. Cada estatística é verificável e nos mostra que "Eles (a mídia) não estão relatando porque são cúmplices nisso. A mídia ocidental não está falhando em relatar o que está acontecendo em Gaza — ela está participando ativamente." Nima Akram, 21 de abril de 2026.

“O que esses dados nos dizem:

Os padrões revelados nesta análise não são anomalias, são sistêmicos. Da atribuição de baixas ao equilíbrio de perspectivas, a cobertura da mídia do Reino Unido enquadra consistentemente o genocídio de maneiras que obscurecem a responsabilidade de Israel, minam as vozes palestinas e normalizam o que órgãos legais internacionais sinalizaram como potencial genocídio. Os dados são abertos. A metodologia é transparente. A evidência fala por si mesma.”

Como fechamento, deixamos os pronunciamentos dos ativistas da saúde sobre o Dia Mundial da Saúde à luz dos eventos globais recentes: Lutar pelo direito à saúde é lutar contra a guerra.

“A solidariedade com os sistemas de saúde sob ataque exige a reconexão com o legado da luta anti-imperialista e anticolonial, alertaram ativistas no Dia Mundial da Saúde. O Jan

Swasthya Abhiyan (JSA) e o Movimento Popular de Saúde (PHM) Global marcaram o Dia Mundial da Saúde de 2026 com uma discussão sobre os impactos das guerras em curso na saúde em todo o mundo, trazendo relatos da Palestina, Líbano e Irã, bem como reflexões sobre a assistência médica em Cuba e o potencial dos movimentos de base nas lutas de solidariedade em andamento.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) vinculou o período entre o Dia Mundial da Saúde de 2025 e 2026 com o slogan "Começos saudáveis, futuros esperançosos", disse o Coordenador Global do PHM, Aziz Rhali, durante o webinar. "Mas não sei como podemos falar sobre um futuro nesta crise no mundo todo", acrescentou.

Os sistemas de saúde na Palestina, Líbano e Irã sofreram ataques diretos durante as investidas lideradas por Israel e pelos Estados Unidos. Ubai Al-Aboudi, do Centro Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento, descreveu a paralisia quase total da assistência médica em Gaza após mais de dois anos de genocídio, com 94% dos hospitais destruídos ou danificados e apenas 1,5% dos centros de saúde primários operando em plena capacidade. Mesmo os hospitais que conseguiram retomar parcialmente as operações, acrescentou Al-Aboudi, funcionam mais como hospitais-dia ou ambulatórios do que como centros clínicos – impactados não apenas pela destruição física dos edifícios, mas também pela escassez de suprimentos essenciais que Israel ainda impede de entrar na Faixa.

A situação na Cisjordânia continua igualmente grave, com os serviços de saúde obstruídos pela retenção de receitas fiscais pela ocupação e pelas restrições de movimento. Devido a tais restrições, enfatizou Al-Aboudi, em vez de um único centro de saúde prestar assistência a vários vilarejos, agora é necessário estabelecer postos de saúde em cada localidade – pois não é possível contar com deslocamentos para receber atendimento.

A escassez de medicamentos e alimentos em Gaza, provocada por Israel, continua a alimentar a desnutrição e doenças transmissíveis, com Al-Aboudi enfatizando que o fardo das doenças infecciosas ao longo do genocídio tem sido avassalador: desde outubro de 2023, as autoridades de saúde de Gaza relataram aproximadamente 2 milhões de infecções respiratórias – afetando virtualmente todas as pessoas na Faixa – juntamente com 500.000 casos de diarreia e centenas de milhares de casos de infecções de pele.

"O Líbano é a segunda Gaza", disse Zeina Mohanna, da Associação Amel. "As metodologias que estão sendo usadas no Líbano são as mesmas que estão sendo usadas em Gaza. Muitos vilarejos no Sul são muito semelhantes ao que meu companheiro [Ubai Al-Aboudi] acaba de destacar."

Desde o final de fevereiro, a Amel e outras organizações que apoiam os serviços de saúde no Líbano têm lutado para responder à migração maciça criada pelos ataques de Israel, com mais de 1,2 milhão de pessoas violentamente deslocadas. Doenças transmissíveis já estão sendo relatadas em abrigos e acampamentos, disse Mohanna, e postos de saúde, ambulâncias e profissionais de saúde estão sendo alvejados – seguindo o modelo observado em Gaza. O jornalista Ali Akbar Taheri descreveu uma situação semelhante no Irã, onde os bombardeios ítalo-israelenses já destruíram centenas de centros de saúde e outras infraestruturas civis.

"A barbárie dos ataques que estamos vendo é sem precedentes na história da Ásia Ocidental", disse Prabir Purkayastha, do Fórum de Ciência de Delhi e do veículo de mídia NewsClick, alertando contra as posições dúbias que muitos governos da região adotaram em relação a Israel durante o genocídio e as guerras contra o Líbano e o Irã. Ele insistiu que tal

comportamento governamental, inclusive no caso da Índia, deveria inspirar uma solidariedade mais decisiva entre o povo.

"Nossa solidariedade não é apenas tentar levar medicamentos ao Irã", disse Purkayastha. "Sim, devemos tentar fazer isso, mas acho que a batalha fundamental que temos que travar é na Índia. Se quisermos mostrar solidariedade, então temos que nos reconectar ao movimento anti-imperialista e anticolonial que nos trouxe a liberdade."

Os participantes do evento também insistiram em não perder de vista outros sistemas de saúde sob ataque, físicos ou não. Rhali apontou que, embora os relatos sobre a destruição da assistência médica na Palestina, Líbano e Irã ainda pudessem ser encontrados nas notícias, havia muito menos cobertura dos ataques à saúde no Iêmen, Líbia, Sudão ou República Democrática do Congo – todos devastados pelos mesmos interesses agora responsáveis pelos mais recentes bombardeios na Ásia Ocidental.

Alguns ataques à saúde vêm em formas menos visíveis, como ilustrou Jennifer Cardona Malaver, da Alames, usando Cuba como exemplo, onde um bloqueio ilegal intensificado e prolongado imposto pelos EUA se traduziu em um ataque ao sistema de saúde da ilha socialista, que é um marco. Ativistas do PHM, incluindo o Coordenador Global Rhali, participaram de uma flotilha de solidariedade recente, levando toneladas de medicamentos e painéis solares para ajudar a superar os apagões causados pela escassez de combustível. Durante a discussão, eles prometeram continuar na mesma linha, honrando a contribuição de Cuba para a solidariedade médica ao longo de décadas. "Não sabemos o que Trump vai fazer com Cuba", disse Carmen Baez, do PHM Argentina, "mas sabemos que todos nós estamos com Cuba, assim como estamos com a Palestina, o Líbano e o Irã."

Rhali concluiu reafirmando uma das prioridades que delineou quando seu mandato como coordenador do PHM foi anunciado: fortalecer e conectar o trabalho dos círculos nacionais e regionais, ampliando assim a compreensão das crises sobrepostas e montando uma resistência conjunta. "Não podemos encontrar uma solução para nossas crises no capitalismo", destacou, por isso é imperativo trabalhar juntos para construir uma alternativa."